

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO	1
1. Origem e conteúdo do direito constitucional	1
1.1. Objeto do direito constitucional quanto ao foco de investigação	3
2. Constituição: noções iniciais, objeto e evolução	4
2.1. Constituição em sentido sociológico, político e jurídico	5
2.2. Constituição em sentido material e formal	8
3. Classificação das constituições	10
3.1. Quanto à origem	10
3.2. Quanto à forma	11
3.3. Quanto ao modo de elaboração	12
3.4. Quanto ao conteúdo	13
3.5. Quanto à estabilidade	17
3.6. Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico)	20
3.7. Quanto à extensão	21
3.8. Quanto à finalidade	22
3.9. Outras classificações	23
4. Breve resumo das Constituições do Brasil	25
4.1. A Constituição do Império (1824)	25
4.2. A primeira Constituição Republicana (1891)	27
4.3. A Constituição de 1934	28
4.4. A Constituição do Estado Novo (1937)	28
4.5. A Constituição de 1946	29
4.6. A Constituição de 1967	30
4.7. A Constituição de 1969 (Emenda 1 à Constituição de 1967)	30
4.8. A Constituição de 1988	31
5. Classificação e estrutura da Constituição Federal de 1988	33
5.1. Preâmbulo	33

5.2. Parte dogmática da Constituição de 1988	35
5.3. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	36
5.4. “Elementos da Constituição”	37
6. Entrada em vigor de uma nova Constituição	38
6.1. <i>Vacatio Constitutionis</i>	38
6.2. Retroatividade mínima	39
6.3. Entrada em vigor da nova Constituição e a Constituição pretérita	41
6.3.1. Desconstitucionalização	42
6.4. Direito ordinário pré-constitucional	43
6.4.1. Direito ordinário pré-constitucional incompatível ...	43
6.4.1.1. Inconstitucionalidade superveniente	44
6.4.2. Direito ordinário pré-constitucional compatível	46
6.4.3. Direito ordinário pré-constitucional não vigente	54
6.4.4. Direito ordinário em período de <i>vacatio legis</i>	55
6.5. Controle de constitucionalidade do direito pré-constitucional	56
7. Classificação das normas constitucionais quanto ao grau de eficácia e aplicabilidade.....	59
7.1. Classificação de José Afonso da Silva	60
7.1.1. Normas de eficácia plena	60
7.1.2. Normas de eficácia contida	60
7.1.3. Normas de eficácia limitada	63
7.1.4. Eficácia das normas programáticas	65
7.2. Classificação de Maria Helena Diniz	66
8. Interpretação da Constituição	68
8.1. Correntes interpretativistas e não interpretativistas	68
8.2. Métodos de interpretação	69
8.2.1. O método jurídico (método hermenêutico clássico)....	69
8.2.2. O método tópico-problemático	70
8.2.3. O método hermenêutico-concretizador	70
8.2.4. O método científico-espiritual	71
8.2.5. O método normativo-estruturante	72
8.2.6. A interpretação comparativa	72
8.3. Princípios de interpretação	72
8.3.1. Princípio da unidade da Constituição	73
8.3.2. Princípio do efeito integrador	73
8.3.3. Princípio da máxima efetividade	74

8.3.4. Princípio da justeza	74
8.3.5. Princípio da harmonização	74
8.3.6. Princípio da força normativa da Constituição	75
8.3.7. Interpretação conforme a Constituição	75
8.4. Teoria dos poderes implícitos	76

CAPÍTULO 2

PODER CONSTITUINTE	79
1. Conceito	79
2. Titularidade	80
3. Formas de exercício	80
4. Espécies	82
4.1. Poder constituinte originário	82
4.2. Poder constituinte derivado	86
4.3. Poder constituinte difuso	88
4.4. Poder constituinte supranacional	88

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	91
1. Princípios fundamentais	91
2. Direitos e garantias fundamentais – teoria geral e regime jurídico ...	97
2.1. Origem	97
2.2. Os quatro <i>status</i> de Jellinek	98
2.3. Distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais ..	99
2.4. Distinção entre direitos e garantias	100
2.5. Características	100
2.6. Classificação	101
2.7. Destinatários	104
2.8. Relações privadas	105
2.9. Natureza relativa	108
2.10. Restrições legais	108
2.11. Restrições e suspensões admitidas constitucionalmente	109
2.12. Conflito (ou colisão)	111
2.13. Renúncia	112
3. Os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 – As-	
pectos gerais	112
3.1. Aplicabilidade imediata	114

3.2. Enumeração aberta e interpretação	115
3.3. Tratados e convenções internacionais com força de emenda constitucional	116
3.4. Tribunal Penal Internacional	117
4. Direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988 (art. 5.º).....	119
4.1. Direito à vida	120
4.2. Direito à liberdade	121
4.3. Princípio da igualdade (art. 5.º, <i>caput</i> , e inciso I)	121
4.4. Princípio da legalidade (art. 5.º, II)	123
4.5. Liberdade de expressão (art. 5.º, IV, V, IX, XIV)	128
4.6. Liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica (art. 5.º, VI, VII, VIII)	133
4.7. Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 5.º, X)	134
4.8. Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI)	137
4.9. Inviolabilidade das correspondências e comunicações (art. 5.º, XII)	138
4.10. Liberdade de atividade profissional (art. 5.º, XIII)	141
4.11. Liberdade de reunião (art. 5.º, XVI)	142
4.12. Liberdade de associação (art. 5.º, XVII a XIX)	144
4.13. Representação processual <i>versus</i> substituição processual (art. 5.º, XXI e LXX; art. 8.º, III)	145
4.14. Direito de propriedade (art. 5.º, XXII a XXXI)	147
4.15. Desapropriação (art. 5.º, XXIV)	151
4.16. Requisição administrativa (art. 5.º, XXV)	155
4.17. Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII)	155
4.18. Direito de informação (art. 5.º, XXXIII)	156
4.19. Direito de petição (art. 5.º, XXXIV, “a”)	157
4.20. Direito de certidão (art. 5.º, XXXIV, “b”)	158
4.21. Princípio da inafastabilidade de jurisdição (art. 5.º, XXXV) ...	159
4.22. Proteção ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito (art. 5.º, XXXVI)	162
4.23. Juízo natural (art. 5.º, XXXVII e LIII)	165
4.24. Júri popular (art. 5.º, XXXVIII)	166
4.25. Princípio da legalidade penal e da retroatividade da lei penal mais favorável (art. 5.º, XXXIX e XL)	168
4.26. Vedação ao racismo (art. 5.º, XLII)	172

4.27. Tortura, tráfico de entorpecentes, terrorismo, crimes hediondos e ação de grupos armados contra a ordem constitucional (art. 5.º, XLIII e XLIV)	173
4.28. Pessoalidade da pena (art. 5.º, XLV)	174
4.29. Princípio da individualização da pena; penas admitidas e penas vedadas (art. 5.º, XLVI e XLVII)	175
4.30. Extradicação (art. 5.º, LI e LII)	176
4.30.1. Procedimento	180
4.31. Devido processo legal (art. 5.º, LIV)	181
4.31.1. Princípio da razoabilidade ou proporcionalidade ...	182
4.32. Contraditório e ampla defesa (art. 5.º, LV)	184
4.32.1. Ampla defesa e duplo grau de jurisdição	188
4.33. Vedação à prova ilícita (art. 5.º, LVI)	189
4.34. Princípio da presunção da inocência (art. 5.º, LVII)	193
4.35. Identificação criminal do civilmente identificado (art. 5.º, LVIII)	195
4.36. Ação penal privada subsidiária da pública (art. 5.º, LIX) ..	196
4.37. Hipóteses constitucionais em que é possível a prisão (art. 5.º, LXI, LXVI)	198
4.38. Direito à não autoincriminação e outros direitos do preso (art. 5.º, LXII, LXIII, LXIV e LXV)	199
4.39. Prisão civil por dívida (art. 5.º, LXVII)	201
4.40. Assistência jurídica gratuita (art. 5.º, LXXIV)	204
4.41. Indenização por erro judiciário e excesso na prisão (art. 5.º, LXXV)	206
4.42. Gratuidade do Registro Civil de Nascimento e da Certidão de Óbito (art. 5.º, LXXVI)	207
4.43. Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII)	208
4.44. <i>Habeas corpus</i> (art. 5.º, LXVIII)	209
4.44.1. Ofensa indireta ao direito de locomoção	212
4.44.2. Descabimento	213
4.45. Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX e LXX)	215
4.45.1. Natureza jurídica	215
4.45.2. Cabimento	215
4.45.3. Descabimento	216
4.45.4. Direito líquido e certo	217
4.45.5. Legitimação ativa	218
4.45.6. Legitimação passiva	218
4.45.7. Medida liminar	219
4.45.8. Vedação à concessão de medida liminar	220

4.45.9. Prazo para impetração	221
4.45.10. Competência	221
4.45.11. Recursos	222
4.45.12. Duplo grau de jurisdição	223
4.45.13. Pagamento a servidor	223
4.45.14. Descabimento de honorários advocatícios	224
4.45.15. Desistência	224
4.45.16. Mandado de segurança coletivo	224
4.46. Mandado de injunção	226
4.46.1. Mandado de injunção <i>versus</i> ADI por omissão	227
4.46.2. Cabimento	228
4.46.3. Descabimento	231
4.46.4. Legitimação	232
4.46.5. Eficácia da decisão	233
4.47. <i>Habeas data</i>	236
4.48. Ação popular	238
4.48.1. Objeto	240
4.48.2. Competência	242
5. Direitos Sociais	243
5.1. Noções	243
5.2. Enumeração constitucional dos direitos sociais individuais dos trabalhadores (art. 7.º)	245
5.3. Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.º a 11)	249
5.4. A problemática da concretização dos direitos sociais: <i>reserva do possível</i> e implementação de políticas públicas pelo Poder Judiciário	251
5.5. Direitos sociais e o princípio da proibição de retrocesso social (<i>effet cliquet</i>)	256
6. Nacionalidade	258
6.1. Noções	258
6.2. Espécies de nacionalidade	259
6.3. Critérios de atribuição de nacionalidade	259
6.4. Brasileiros natos (aquisição originária)	260
6.5. Brasileiros naturalizados (aquisição secundária)	263
6.6. Portugueses residentes no Brasil	264
6.7. Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado ...	265
6.8. Perda da nacionalidade	265
6.9. Dupla nacionalidade	266

7. Direitos políticos	266
7.1. Noções	266
7.2. Direito ao sufrágio	267
7.3. Capacidade eleitoral ativa	268
7.4. Plebiscito e referendo	270
7.5. Capacidade eleitoral passiva	270
7.6. Inelegibilidades	272
7.6.1. Inelegibilidade absoluta	272
7.6.2. Inelegibilidade relativa	272
7.6.2.1. Motivos funcionais	273
7.6.2.2. Motivos de casamento, parentesco ou afinidade	275
7.6.2.3. Condição de militar	278
7.6.2.4. Previsões em lei complementar	278
7.7. Privação dos direitos políticos	279
7.8. Princípio da anterioridade eleitoral	280

CAPÍTULO 4

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

1. Introdução	283
2. Formas de Estado	283
3. Formas de governo	286
4. Sistemas de governo	287
5. Regimes de governo	290
6. A Federação na Constituição de 1988	291
6.1. União	297
6.2. Estados-membros	298
6.2.1. Auto-organização e autolegislação	298
6.2.2. Autogoverno	299
6.2.3. Autoadministração	302
6.2.4. Vedações ao poder constituinte decorrente	302
6.3. Municípios	310
6.4. Distrito Federal	315
6.5. Territórios Federais	317
6.6. Formação dos estados	318
6.7. Formação dos municípios	321
6.8. Formação dos Territórios Federais	323
6.9. Vedações constitucionais aos entes federados	323

7. Intervenção federal	325
7.1. Intervenção federal espontânea	326
7.2. Intervenção federal provocada	327
7.3. Decreto interventivo	332
7.4. Controle político	333
7.5. Controle jurisdicional	334
8. Intervenção nos municípios	334

CAPÍTULO 5

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

1. Noções	337
1.1. Modelos de repartição	338
1.2. Espécies de competências	339
1.3. Técnica adotada pela Constituição Federal de 1988	340
2. Competências da União	343
3. Competência comum	349
4. Competência legislativa concorrente	351
5. Competências dos Estados	356
6. Competências do Distrito Federal	357
7. Competências dos municípios	358

CAPÍTULO 6

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Noções introdutórias	363
2. Princípios administrativos	366
3. Normas constitucionais sobre organização da administração pública	373
4. Normas constitucionais sobre ingresso no serviço público.....	376
5. Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos agentes públicos.....	383
5.1. Noções gerais	383
5.2. Direito de associação sindical dos servidores públicos	387
5.3. Direito de greve dos servidores públicos	388
5.4. Regras constitucionais pertinentes à remuneração dos agentes públicos	389
5.4.1. Fixação da remuneração e revisão geral anual	390

5.4.2. Limites de remuneração dos servidores públicos	391
5.4.3. Irredutibilidade dos vencimentos e subsídios	396
5.5. Vedação à acumulação de cargos, empregos e funções públi- cos	397
5.6. Disposições constitucionais relativas aos servidores em exer- cício de mandatos eletivos	399
5.7. Estabilidade	400
5.8. Direitos trabalhistas atribuídos pela Constituição aos servi- dores públicos	403
5.9. Regime de previdência dos servidores públicos	406
6. Administração tributária	416
7. Obrigatoriedade de licitar	417
8. Responsabilidade civil da administração pública	420

CAPÍTULO 7

PODER LEGISLATIVO	425
1. Tripartição de poderes	425
2. Funções	430
3. Composição	431
3.1. Congresso Nacional	431
3.2. Câmara dos Deputados	433
3.2.1. Sistema proporcional	434
3.2.2. Fidelidade partidária	439
3.3. Senado Federal	440
4. Órgãos	441
4.1. Mesas diretoras	441
4.2. Comissões	443
4.2.1. Comissões parlamentares de inquérito	446
4.2.1.1. Criação	447
4.2.1.2. Poderes de investigação	450
4.2.1.3. Direitos dos depoentes	452
4.2.1.4. Competência	454
4.2.1.5. Incompetência	456
4.2.1.6. Controle judicial	459
4.2.1.7. Publicidade	460
4.3. Plenário	461
5. Reuniões	462

6. Atribuições	464
6.1. Atribuições do Congresso Nacional	464
6.2. Atribuições da Câmara dos Deputados	467
6.3. Atribuições do Senado Federal	470
6.4. Convocação e pedidos de informação a Ministro de Estado	473
7. Estatuto dos congressistas	474
7.1. Imunidades	475
7.1.1. Imunidade material	475
7.1.2. Imunidade formal	478
7.2. Foro especial em razão da função	484
7.3. Afastamento do Poder Legislativo	486
7.4. Desobrigação de testemunhar	488
7.5. Incorporação às Forças Armadas	489
7.6. Subsistência das imunidades	489
7.7. Incompatibilidades	489
7.8. Perda do mandato	490
7.9. Renúncia ao mandato	493
7.10. Manutenção do mandato	495
7.11. Deputados estaduais, distritais e vereadores	496
8. Tribunais de contas	497
8.1. Tribunal de Contas da União	497
8.2. Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais	505

CAPÍTULO 8

PROCESSO LEGISLATIVO	509
1. Conceito	509
2. Classificação	510
3. Processo legislativo ordinário	511
3.1. Fase introdutória	511
3.1.1. Espécies de iniciativa	512
3.1.2. Iniciativa e Casa iniciadora	514
3.1.3. Iniciativa popular	514
3.1.4. Iniciativa privativa do Chefe do Executivo	515
3.1.5. Iniciativa dos tribunais do Poder Judiciário	516
3.1.6. Iniciativa em matéria tributária	517

3.1.7. Iniciativa da lei de organização do Ministério Público	518
3.1.8. Iniciativa da lei de organização dos Tribunais de Contas	519
3.1.9. Prazo para exercício de iniciativa reservada	519
3.1.10. Iniciativa privativa e emenda parlamentar	520
3.1.11. Vício de iniciativa e sanção	521
3.2. Fase constitutiva	522
3.2.1. Abolição da aprovação por decurso de prazo	522
3.2.2. Atuação prévia das comissões	522
3.2.3. Deliberação plenária	524
3.2.4. Irrepetibilidade (relativa) de matéria rejeitada	527
3.2.5. Aprovação definitiva pelas comissões	527
3.2.6. Sanção	528
3.2.7. Veto	529
3.3. Fase complementar	534
3.3.1. Promulgação	534
3.3.2. Publicação	535
4. Procedimento legislativo sumário	537
5. Lei Ordinária	538
6. Lei Complementar	539
7. Processos legislativos especiais	541
7.1. Emendas à Constituição	541
7.2. Medidas provisórias	542
7.2.1. Desnecessidade de convocação extraordinária	543
7.2.2. Limitações materiais	543
7.2.3. Procedimento legislativo	545
7.2.4. Prazo de eficácia	548
7.2.5. Trancamento de pauta	548
7.2.6. Trancamento subsequente de pauta	550
7.2.7. Perda de eficácia	551
7.2.8. Apreciação plenária	555
7.2.9. Conversão parcial	556
7.2.10. Reedição	557
7.2.11. Medida provisória e impostos	559
7.2.12. Art. 246 da Constituição Federal	560

7.2.13. Medidas provisórias anteriores à EC 32/2001	561
7.2.14. Retirada	562
7.2.15. Revogação	563
7.2.16. Efeitos da medida provisória sobre lei pretérita	564
7.2.17. Apreciação judicial dos pressupostos constitucionais	565
7.2.18. Medida provisória <i>versus</i> lei delegada	566
7.2.19. Medida provisória nos estados-membros	567
7.3. Leis delegadas	568
7.4. Decretos legislativos	572
7.5. Resoluções	572
8. Processo legislativo nos estados-membros e municípios	574
9. Relação hierárquica entre as espécies normativas	575
9.1. Tratados internacionais e suas relações com as demais espécies normativas	583
10. Controle judicial do processo legislativo	585

CAPÍTULO 9

MODIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

1. Introdução	589
2. Mutação e reforma	590
2.1. Revisão constitucional	592
2.2. Emenda à Constituição	596
3. Limitações ao poder de reforma	597
3.1. Limitações temporais	598
3.2. Limitações circunstanciais	599
3.3. Limitações processuais ou formais	600
3.3.1. Limitações processuais ligadas à apresentação da proposta de emenda à Constituição	600
3.3.1.1. Ausência de participação dos municípios .	601
3.3.1.2. Ausência de iniciativa popular	601
3.3.1.3. Ausência de iniciativa reservada	601
3.3.2. Limitações processuais ligadas à deliberação sobre a proposta de emenda à Constituição	602
3.3.2.1. Ausência de “Casa revisora”	603

3.3.2.2. Alteração substancial	605
3.3.2.3. Promulgação fracionada	605
3.3.3. Limitações processuais ligadas à promulgação da emenda	607
3.3.3.1. Ausência de sanção ou veto	607
3.3.4. Limitações processuais ligadas à vedação de reapreciação de proposta rejeitada ou havida por prejudicada	608
3.3.4.1. Substitutivo da proposta	608
3.4. Limitações materiais	609
3.4.1. A expressão “não será objeto de deliberação”	611
3.4.2. A expressão “tendente a abolir”	612
3.4.3. Cláusula pétrea e “os direitos e garantias individuais”	614
3.4.4. Vedação à “dupla revisão”	615
4. Controle judicial do Processo Legislativo de emenda	616
5. Controle judicial de emenda promulgada	619
6. Aplicabilidade imediata das emendas constitucionais (retroatividade mínima).....	620
6.1. Emenda constitucional e direito adquirido	621
7. Reforma da Constituição estadual	621

CAPÍTULO 10

PODER EXECUTIVO	623
1. Noção de presidencialismo	623
2. Funções	625
3. Investidura	625
4. Impedimentos e vacância	629
4.1. Sucessão do Chefe do Executivo no caso de dupla vacância determinada pela Justiça Eleitoral	630
5. Atribuições	633
5.1. Poder regulamentar	636
5.1.1. Aspectos gerais	636
5.1.2. Decretos de execução ou regulamentares	638
5.1.3. Decretos autônomos	639
5.1.4. Regulamentos autorizados	640

6. Vice-presidente da República	642
7. Ministros de Estado	643
7.1. Atribuições	643
7.2. Responsabilização dos Ministros de Estado	647
8. Órgãos consultivos	648
9. Responsabilização do Presidente da República	650
9.1. Crimes de responsabilidade	650
9.2. Crimes comuns	654
9.2.1. Imunidades	655
9.2.2. Prerrogativa de foro	657
10. Governadores de Estado	659

CAPÍTULO 11

PODER JUDICIÁRIO	661
1. Introdução	661
2. Órgãos do Poder Judiciário	664
3. Funções típicas e atípicas	667
4. Garantias do Poder Judiciário	667
5. Organização da carreira	670
6. Garantias aos magistrados	673
7. Vedações	674
8. Subsídios dos membros do Poder Judiciário	675
9. Conselho Nacional de Justiça	676
10. Criação de órgão de controle administrativo pelos estados-membros	683
11. Supremo Tribunal Federal	683
11.1. Competências	685
12. Superior Tribunal de Justiça	692
12.1. Competências	693
13. Justiça Federal	696
14. Justiça do Trabalho	700
15. Justiça Eleitoral	704
16. Justiça Militar	706
17. Justiça Estadual	708
18. Justiça do Distrito Federal	709

19. Justiça dos Territórios	709
20. “Quinto Constitucional”	709
21. Julgamento de Autoridades	711
22. Precatórios Judiciais	716
22.1. Exceção ao regime de precatórios	716
22.2. Ordem de pagamento	717
22.3. Atualização monetária e juros	718
22.4. Sequestro de valor	719
22.5. Decretação de intervenção	720
22.6. Vedação ao fracionamento	721
22.7. Compensação de créditos	721
22.8. Uso e cessão de valor consignado em precatório	722
22.9. Regras transitórias e matérias legadas ao legislador ordinário ...	722

CAPÍTULO 12

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	725
1. Introdução	725
2. Ministério Público	726
2.1. Composição	726
2.2. Posição constitucional	727
2.3. Princípios do Ministério Público	728
2.3.1. Princípio da unidade	728
2.3.2. Princípio da indivisibilidade	728
2.3.3. Princípio da independência funcional	728
2.3.4. Autonomia administrativa e financeira	729
2.3.5. Princípio do promotor natural	730
2.4. Funções do Ministério Público	731
2.4.1. Atuação do Procurador-Geral da República	733
2.5. Ingresso na carreira	734
2.6. Nomeação dos Procuradores-Gerais	735
2.7. Garantias dos membros	737
2.8. Vedações constitucionais	737
2.9. Conselho Nacional do Ministério Público	738
2.10. Ministério Público junto aos tribunais de contas	740
2.11. Prerrogativa de foro	742
2.12. Ação civil pública	743

2.12.1. Introdução	743
2.12.2. Objeto da ação civil pública	744
2.12.3. Restrições ao uso da ação civil pública	744
2.12.4. Partes na ação civil pública	746
2.12.5. Atuação do Ministério Público na ação civil pública ..	746
2.12.6. Responsabilidade do réu	747
2.12.7. Sentença	748
2.12.8. Inquérito civil e ação civil pública	748
2.12.9. Ação civil pública e ação popular	749
3. Advocacia pública	750
4. Advocacia	752
5. Defensoria Pública	757

CAPÍTULO 13

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	761
1. Introdução	761
2. Presunção de Constitucionalidade das Leis	764
3. Conceito e Espécies de Inconstitucionalidades	765
3.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão	767
3.2. Inconstitucionalidade material e formal	768
3.3. Inconstitucionalidade total e parcial	770
3.3.1. Declaração parcial de nulidade sem redução de texto e interpretação conforme a Constituição	772
3.4. Inconstitucionalidade direta e indireta	775
3.5. Inconstitucionalidade originária e superveniente	776
3.6. Inconstitucionalidade circunstancial	777
3.7. Inconstitucionalidade “chapada”, “enlouquecida”, “desvairada”	778
4. Sistemas de controle	778
5. Modelos de controle	779
6. Vias de ação	780
7. Momento do controle	782
8. Histórico do controle de constitucionalidade no Brasil	782
8.1. A Constituição de 1824	783
8.2. A Constituição de 1891	783
8.3. A Constituição de 1934	784

8.4. A Constituição de 1937	785
8.5. A Constituição de 1946	785
8.6. A Emenda Constitucional 16/1965	786
8.7. A Constituição de 1967/1969	786
8.8. A Constituição de 1988	787
9. Jurisdição Constitucional	790
10. Fiscalização não Jurisdicional	793
10.1. Poder Legislativo	794
10.2. Poder Executivo	798
10.3. Tribunais de contas	800
11. Controle difuso	800
11.1. Introdução	800
11.2. Legitimação ativa	802
11.3. Espécies de ações judiciais	802
11.4. Competência	804
11.4.1. Declaração da inconstitucionalidade pelos tribunais – a reserva de plenário	804
11.5. Parâmetro de controle	808
11.6. Recurso extraordinário	808
11.7. Efeitos da decisão	812
11.8. Atuação do Senado Federal	814
11.9. Súmula vinculante	818
11.9.1. Iniciativa	819
11.9.2. Atuação do Procurador-Geral da República	821
11.9.3. Manifestação de terceiros	821
11.9.4. Requisitos	821
11.9.5. Deliberação	822
11.9.6. Início da eficácia	822
11.9.7. Descumprimento	823
11.9.8. Súmulas anteriores à EC 45/2004	824
12. Controle abstrato	824
12.1. Introdução	824
12.2. Ação direta de inconstitucionalidade	827
12.2.1. Conceito	827
12.2.2. Legitimação ativa	827
12.2.3. Objeto	833

12.2.4. Parâmetro de controle	839
12.2.5. Causa de pedir aberta	843
12.2.6. Petição inicial	844
12.2.7. Imprescritibilidade	845
12.2.8. Impossibilidade de desistência	846
12.2.9. Pedido de informações	846
12.2.10. Suspeição e impedimento de Ministro	847
12.2.11. Impossibilidade de intervenção de terceiros	848
12.2.12. Admissibilidade de <i>amicus curiae</i>	849
12.2.13. Atuação do Advogado-Geral da União	852
12.2.14. Atuação do Procurador-Geral da República	853
12.2.15. Atuação do relator na instrução do processo	855
12.2.16. Medida cautelar em ADI	856
12.2.17. Decisão de mérito	862
12.2.17.1. Deliberação	862
12.2.17.2. Natureza dúplice ou ambivalente	864
12.2.17.3. Efeitos da decisão	865
12.2.17.4. Modulação dos efeitos temporais	870
12.2.17.5. Definitividade da decisão de mérito	874
12.2.17.6. Limites da eficácia retroativa	875
12.2.17.7. Transcendência dos motivos determinantes ..	876
12.2.17.8. Inconstitucionalidade “por arrastamento”	880
12.2.17.9. Momento da produção de efeitos	882
12.2.17.10. Breve resumo do procedimento de ADI perante o STF	882
12.3. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	884
12.3.1. Introdução	884
12.3.2. Legitimação ativa	885
12.3.3. Legitimação passiva	886
12.3.4. Objeto	887
12.3.5. Procedimento	888
12.3.6. Atuação do Advogado-Geral da União e do Procu- rador-Geral da República	889
12.3.7. Concessão de medida cautelar	889
12.3.8. Efeitos da decisão de mérito	890
12.3.9. ADO <i>versus</i> mandado de injunção	891
12.4. Ação declaratória de constitucionalidade	892

12.4.1. Introdução	892
12.4.2. Principais aspectos comuns	894
12.4.3. Objeto	895
12.4.4. Relevante controvérsia judicial	896
12.4.5. Pedido de informações aos órgãos elaboradores da norma	897
12.4.6. Medida cautelar	897
12.4.7. Não atuação do Advogado-Geral da União	899
12.5. Arguição de descumprimento de preceito fundamental	899
12.5.1. Introdução	899
12.5.2. A arguição autônoma e a arguição incidental	901
12.5.3. Objeto da ADPF e conteúdo do pedido	903
12.5.4. Preceito fundamental	907
12.5.5. Subsidiariedade da ADPF	909
12.5.6. Competência e legitimação	911
12.5.7. Petição inicial e procedimento	912
12.5.8. Medida liminar	913
12.5.9. Decisão	914
12.6. Representação interventiva	920
12.7. Controle abstrato nos estados	924
12.7.1. Introdução	924
12.7.2. Competência	925
12.7.3. Legitimação	925
12.7.4. Parâmetro de controle	927
12.7.5. Inconstitucionalidade do parâmetro de controle estadual	928
12.7.6. Simultaneidade de ações diretas	929
12.7.7. Recurso extraordinário contra decisão de ADI estadual	933
12.7.8. Distrito Federal	935
12.7.9. Representação interventiva	936

CAPÍTULO 14

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS .. 937

1. Introdução	937
2. Estado de defesa	938
2.1. Pressupostos	939

2.2. Prazo	940
2.3. Abrangência	940
2.4. Medidas coercitivas	940
2.5. Controle	941
3. Estado de sítio	942
3.1. Pressupostos	943
3.2. Duração	944
3.3. Abrangência	944
3.4. Medidas coercitivas	945
3.5. Controle	946
4. Forças Armadas	949
5. Segurança pública	953

CAPÍTULO 15

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL 959

1. Introdução	959
2. Competência tributária	961
2.1. Competência para legislar sobre Direito Tributário	962
3. Conceito de tributo e espécies tributárias integrantes do sistema tributário nacional	966
3.1. Conceito de tributo	966
3.2. Impostos	967
3.3. Taxas	971
3.4. Contribuições de melhoria	977
3.5. Empréstimos compulsórios	978
3.6. Contribuições	979
4. Princípios tributários constitucionais e limitações ao poder de tributar.....	984
4.1. Princípio da legalidade tributária	985
4.2. Princípio da igualdade tributária	987
4.3. Princípio da irretroatividade tributária	988
4.4. Princípio da anterioridade do exercício financeiro	989
4.5. Princípio da anterioridade nonagesimal (noventena)	991
4.6. Princípio do não confisco e princípio da capacidade contributiva	993
4.7. Princípio da liberdade de tráfego	996

4.8. Princípio da uniformidade geográfica e princípio da não discriminação tributária	998
4.9. Imunidades tributárias	999
4.9.1. Imunidades previstas no art. 150 da Constituição Federal	1001
4.9.2. Outras imunidades	1008
5. Repartição das receitas tributárias	1011

CAPÍTULO 16

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

1. Introdução	1015
2. Meios de atuação do estado na área econômica	1018
3. A ordem econômica e financeira na Constituição de 1988	1019
3.1. Fundamentos e princípios gerais da atividade econômica ...	1019
3.1.1. Fundamentos: livre iniciativa e valorização do trabalho humano	1020
3.1.2. Princípios básicos da ordem econômica	1021
3.1.2.1. Soberania nacional	1021
3.1.2.2. Propriedade privada e sua função social ...	1022
3.1.2.3. Livre concorrência	1023
3.1.2.4. Defesa do consumidor	1024
3.1.2.5. Defesa do meio ambiente	1025
3.1.2.6. Redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego	1027
3.1.3. Liberdade de exercício de atividades econômicas ...	1028
3.2. Atuação do Estado como agente econômico em sentido estrito	1030
3.3. Atuação do Estado como prestador de serviços públicos ...	1034
3.4. Atuação do Estado como agente econômico, em regime de monopólio	1038
3.5. Atuação do Estado como agente regulador	1040
3.6. Exploração de recursos minerais e potenciais de energia hidráulica	1042
3.7. Política urbana	1044
3.8. Política agrícola e fundiária, e reforma agrária	1046
3.9. Sistema Financeiro Nacional ...	1049

CAPÍTULO 17

ORDEM SOCIAL	1053
1. Seguridade social	1053
1.1. Saúde (arts. 196 a 200)	1056
1.2. Previdência social (arts. 201 e 202)	1058
1.2.1. Regras para aposentadoria	1060
1.2.2. Regra de transição de aposentadoria voluntária integral	1061
1.2.3. Regra de transição de aposentadoria voluntária proporcional	1061
1.2.4. Regra de transição para professor	1062
1.2.5. Regime de previdência privada complementar	1062
1.3. Assistência social (arts. 203 e 204)	1063
2. Educação (arts. 205 a 214)	1064
2.1. Princípios constitucionais do ensino	1064
2.2. Autonomia das universidades	1065
2.3. Deveres do Estado em relação ao ensino	1065
2.4. Participação da iniciativa privada	1066
2.5. Fixação de conteúdo	1066
2.6. Organização dos sistemas de ensino	1067
2.7. Aplicação de recursos na educação	1067
2.8. Plano nacional de educação	1068
3. Cultura (arts. 215 e 216)	1069
4. Desporto (art. 217)	1070
5. Ciência e tecnologia (arts. 218 e 219)	1071
6. Comunicação social (arts. 220 a 224)	1072
6.1. Comunicação social e liberdade de informação	1072
6.2. Regras acerca dos meios de comunicação e programação ..	1073
6.3. Participação do capital estrangeiro	1074
6.4. Controle do legislativo e delegação	1074
7. Meio ambiente (art. 225)	1075
8. Proteção à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso	1077
9. Índios	1081
BIBLIOGRAFIA	1083